

BRVias Holding
VRD S.A.

**Informações intermediárias em
31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às informações intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia") é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individual e consolidada, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

São Carlos, 29 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

BRVias Holding VRD S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	139	5.002	13.362
Aplicações financeiras	6	132	-	30.081	47.023
Contas a receber	7	-	-	9.861	10.602
Dividendos a receber		-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	146	345
Adiantamento à fornecedores		-	-	3.788	1.476
Outros créditos		35	35	2.108	5.108
Total do ativo circulante		172	174	50.986	77.916
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		-	-	1.363	640
Dividendos a receber		-	-	-	-
Investimentos	9	217.223	212.543	-	-
Imobilizado	10	-	-	5.920	6.126
Intangível	11	-	-	929.789	927.156
Total do ativo não circulante		217.223	212.543	937.072	933.922
Total do ativo		217.395	212.717	988.058	1.011.838

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Notas	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	52.822	31.822	114.623	96.625
Debêntures	13	11.757	86.508	116.699	489.136
Fornecedores	14	-	-	27.666	31.815
Obrigações tributárias		-	-	1.879	2.319
Obrigações sociais		-	-	4.216	3.889
Contas a pagar		623	623	3.757	190
Dividendos a pagar		66	66	66	66
Provisão para manutenção	15	-	-	19.026	18.661
Total do passivo circulante		65.268	119.019	287.932	642.701
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	184.095	231.173
Debêntures	13	79.987	-	397.483	-
Provisão para manutenção	15	-	-	23.784	21.396
Tributos diferidos	16	-	-	21.218	21.549
Provisão para contingências	17	-	-	1.406	1.321
Total do passivo não circulante		79.987	-	627.986	275.439
Patrimônio líquido	18				
Capital social		137.469	137.469	137.469	137.469
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(90.790)	(69.232)	(90.790)	(69.232)
Total do patrimônio líquido		72.140	93.698	72.140	93.698
Total do passivo		145.255	119.019	915.918	918.140
Total do passivo e patrimônio líquido		217.395	212.717	988.058	1.011.838
		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.**Demonstrações de resultados****Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015***(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Notas					
Receita operacional líquida	19	-	-	47.712	52.363
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(25.509)	(24.780)
Custo de construção	20	-	-	(7.125)	(10.109)
Lucro bruto		-	-	15.078	17.474
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(4)	(8)	(1.840)	(743)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(4)	(8)	13.238	16.731
Receita financeira	21	3	13	1.175	1.675
Despesa financeira	21	(5.235)	(4.383)	(36.301)	(33.856)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.232)	(4.370)	(35.126)	(32.181)
Participação nos resultados das empresa investida por equivalência patrimonial	9	(16.322)	(10.746)	-	-
Resultado antes dos impostos		(21.558)	(15.124)	(21.888)	(15.450)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	330	326
Resultado do período		(21.558)	(15.124)	(21.558)	(15.124)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Prejuízo do período	<u>(21.558)</u>	<u>(15.124)</u>	<u>(21.558)</u>	<u>(15.124)</u>
Total de resultado abrangente do período	<u>(21.558)</u>	<u>(15.124)</u>	<u>(21.558)</u>	<u>(15.124)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital integralizado					
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	137.469	-	137.469	25.461	(10.714)	152.216
Prejuízo do período	-	-	-	-	(15.124)	(15.124)
Saldos em 31 de março de 2015	<u>137.469</u>	<u>-</u>	<u>137.469</u>	<u>25.461</u>	<u>(25.838)</u>	<u>137.092</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	137.469	-	137.469	25.461	(69.232)	93.698
Prejuízo do período	-	-	-	-	(21.558)	(21.558)
Saldos em 31 de março de 2016	<u>137.469</u>	<u>-</u>	<u>137.469</u>	<u>25.461</u>	<u>(90.790)</u>	<u>72.140</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Nota	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(21.558)	(15.124)	(21.558)	(15.124)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	200	181
Amortização	-	-	4.280	4.408
Baixa do imobilizado	-	-	95	-
Baixa do intangível	-	-	213	143
Provisão para manutenção	-	-	3.996	3.869
Constituição (reversão) da provisão para demandas judiciais	-	-	85	(13)
Resultado de equivalência patrimonial	16.322	10.746	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	5.235	4.383	34.930	33.559
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(330)	(326)
	(1)	5	21.911	26.697
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	741	2.159
Outros créditos, despesas pagas antecipadamente, adiantamento à fornecedores e depósitos judiciais	-	(8)	789	(1.654)
	(4)			
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	(4.505)	(6.301)
Obrigações fiscais	-	-	(441)	(485)
Obrigações sociais	-	-	324	463
Contas a pagar	3	8	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Pagamento de provisões de demandas judiciais	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	3.022	-
Outras Contas a pagar	-	-	278	3
Realizações da provisão para manutenção	-	-	(1.243)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(36.379)	(11.839)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais	(2)	5	(15.503)	9.043
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(65.584)	(25.411)
Resgate das aplicações	-	-	82.658	22.318
Aquisição de imobilizado	-	-	(89)	(1.190)
Adição do intangível	11	-	(7.126)	(10.201)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	-	-	9.859	(14.484)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	21.000	-
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	-	19.246
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(23.584)	(8.974)
Caixa líquido (usado nas) decorrente das atividades de financiamentos	-	-	(2.584)	10.272
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2)	5	(8.228)	4.831
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	139	203	13.362	28.222
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	137	208	5.134	33.053

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

Notas explicativas às informações intermediárias

1	Contexto operacional	11
2	Relação de entidades controladas	11
3	Apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis	12
a.	Base de preparação	12
4	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	13
5	Caixa e equivalentes de caixa	14
6	Aplicações financeiras - consolidado	14
7	Contas a receber - consolidado	14
8	Transações com partes relacionadas	15
9	Investimentos - controladora	17
10	Imobilizado - consolidado	17
11	Intangível - consolidado	18
12	Empréstimos e financiamentos	19
13	Debêntures	21
14	Fornecedores - consolidado	24
15	Provisão para manutenção - Contrato de concessão (consolidado)	24
16	Ativos e passivos fiscais diferidos	25
17	Provisão para contingências - consolidado	28
18	Patrimônio líquido - controladora	28
19	Receita operacional líquida - consolidado	29
20	Gastos por natureza	29
21	Resultado financeiro, líquido	30
22	Instrumentos financeiros	30
23	Cobertura de seguros - consolidado	37
24	Benefícios a empregados - consolidado	37
25	Aspectos ambientais - consolidado	37
26	Risco regulatório - consolidado	37
27	Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado	38
28	Demonstrações de fluxo de caixa - consolidado	38
29	Eventos subsequentes	38

Notas explicativas às informações intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua Iguatemi, 448, 10º andar, sala D, Itaim Bibi - cidade de São Paulo - SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Conforme informações intermediárias de resultado e no balanço patrimonial do período findo em 31 de março de 2016, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 21.558 durante o trimestre findo em 31 de março de 2016 e capital circulante líquido negativo de R\$ 129.087 na controladora e R\$ 220.950 no consolidado. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas, sendo que no trimestre findo em 31 de março de 2016 os acionistas disponibilizaram recursos em formato de mútuos financeiros no montante de R\$ 21.000, os quais foram capitalizados até o encerramento do exercício de 2016. As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2016	2015
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As informações intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada.

3 Apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2015 não foram repetidas integralmente nestas informações intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 20 de maio de 2017.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia está avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa	-	-	1	1
Bancos conta movimento	5	139	4.841	13.201
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	160	160
	<u>5</u>	<u>139</u>	<u>5.002</u>	<u>13.362</u>

- (i) O saldo refere-se às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remuneração equivalente a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações em CDBs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada (liquidez imediata).

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 22.

6 Aplicações financeiras - consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	132	-	30.081	47.023

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas notas explicativas nºs 12 e 13.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 22.

7 Contas a receber - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico	8.983	9.471
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	323	167
Visa - vale-pedágio	240	837
DBTrans S/A	122	120
Outros	193	7
Total	<u>9.861</u>	<u>10.602</u>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

8 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre findo em 31 de março de 2016 e 2015:

Descrição	31/03/2016	31/03/2015
Diretores estatutários	11	9

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Principais saldos

		Saldo em aberto			
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	3.522	3.549
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	153	143
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	79	335
BRVias S.A.	(vii)	-	-	853	-
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(ix)	-	-	-	9
Total fornecedores (Nota explicativa nº 14)		-	-	1.085	487
Contas a pagar					
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.		623	623	-	-
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volluto		33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(x)	33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mutuos) - (nota explicativa nº 12)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(x)	3.834	3.834	3.834	3.834
Comport Participações S.A.	(x)	12.077	12.077	12.077	12.077
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(x)	26.411	15.911	26.411	15.911
Henrique Constatino	(xi)	2.625	-	2.625	-
Limmat Participações	(xi)	2.625	-	2.625	-
Constantino de Oliveira Junior	(xi)	2.625	-	2.625	-
Ricardo Constantino	(xi)	2.625	-	2.625	-
		52.822	31.822	52.822	31.822

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do período			
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	(438)	(445)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	(282)	(266)
BRVias S.A.	(vii)	-	-	(1.245)	(619)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	-	(31)	(107)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	-	(82)	(82)
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(ix)	-	-	(20)	(9)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	-	-	(1)	(10)
Marília Transporte	(iii)	-	-	(2)	(10)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	(37)	(10)
Total fornecedores		-	-	(2.138)	(1.558)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos; e
- (x) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI.
- (xi) Refere-se a mútuos financeiros sem juros, destinados para aumento de capital até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2016.

9 Investimentos - controladora

A sua controladora registrou uma perda de R\$ 16.322 no trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 10.746 em 2015) de equivalência patrimonial de sua controlada.

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Custos e Despesas	(Prejuízo) Lucro
31 de março de 2016	100%	50.814	937.072	987.886	142.676	627.985	770.661	217.225	47.712	(64.360)	(16.318)
31 de março de 2015	100%	101.081	849.606	950.687	86.224	625.776	712.000	238.687	52.363	(65.097)	(10.746)

10 Imobilizado – consolidado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	2.308	3.024	1.530	131	6.993
Adições	1.734	1.913	124	-	3.771
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	24	-	65	-	89
Baixas	-	(95)	-	-	(95)
Saldo em 31 de março de 2016	4.066	4.842	1.719	131	10.758
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.172)	(2.029)	(554)	(41)	(3.796)
Depreciação no período	(521)	(181)	(113)	(27)	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no período	(120)	(34)	(40)	(6)	(200)
Saldo em 31 de março de 2016	(1.813)	(2.244)	(707)	(74)	(4.838)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	2.349	2.727	987	63	6.126
Em 31 de março de 2016	2.253	2.598	1.012	57	5.920

11 Intangível – consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros- concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.992	362.063	7.697	413.597	82.469	1.828	902.646
Aquisições e construções	95	71.820	99	-	33.232	1.143	106.389
Baixas	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Saldo em 01 de janeiro de 2016	35.087	433.833	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	3	2.315	(42)	-	4.803	47	7.126
Baixas	-	-	-	-	(86)	-	(86)
Saldo em 31 de março de 2016	35.090	436.198	7.754	413.597	120.244	3.018	1.015.901
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(7.364)	(12.206)	(1.424)	(36.998)	(4.622)	(876)	(63.490)
Amortização do exercício	(633)	(7.834)	(141)	(7.467)	(2.086)	(54)	(18.215)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(148)	(1.837)	(33)	(1.742)	(506)	(14)	(4.280)
Baixas	-	-	-	-	(127)	-	(127)
Saldo em 31 de março de 2016	(8.145)	(21.877)	(1.597)	(46.208)	(7.341)	(944)	(86.112)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2015	27.090	413.843	6.231	369.132	108.819	2.041	927.156
Em 31 de março de 2016	26.945	414.321	6.157	367.389	112.903	2.074	929.789

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

12 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	-	-	1.664	2.024
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	144.844	178.577
		UMIPCA-					
Finem-BNDES(ii)	2,41%	M.	2025	-	-	72.547	89.443
Capital de giro	2,25%	CDI	2016			26.096	25.042
	17,09% a						
Leasing	19,68%	-	2015 - 2016	-	-	744	890
Mútuo financeiro (nota explicativa nº 8)	11,20%	CDI	2016	52.822	31.822	52.822	31.822
Total (iii)				52.822	31.822	298.717	327.798
Parcela circulante				52.822	31.822	114.622	96.625
Parcela não circulante				-	-	184.095	231.173

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 31 de março de 2016, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 69.460 será liberado até o ano de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de março de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até março de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as informações intermediárias para o período findo em junho e demonstrações financeiras para o exercício findo em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a controlada atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula

contratual define que seja igual ou menor a 5. A Administração da controlada obteve cartas de consentimento (*waiver*) por parte do credor e das instituições financeiras fiadoras da referida operação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e período de seis meses a encerrar-se em 30 de junho de 2016, sendo a próxima medição a ser realizada por ocasião da elaboração das informações intermediárias referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de março de 2016 a controlada possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de março de 2016, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

31 de março de 2017	28.434
31 de março de 2018	28.434
31 de março de 2019	28.434
31 de março de 2020	28.434
31 de março de 2021 - 2025	70.331
Total	184.095

13 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Encargos Vencimento (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
				31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020 IGP-M + 12%	91.744	86.508	91.743	86.508
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027 IPCA + 7,75%	-	-	422.438	402.628
	Total			91.744	86.508	514.181	489.136
	Circulante			11.757	86.508	116.698	489.136
	Não circulante			79.987	-	397.483	-

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; e
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na nota explicativa 13 (ii), referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante de R\$ 79.986, foi reclassificado do passivo não circulante para o circulante em 31 de março de 2016 em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26, uma vez que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das informações intermediárias. Em 04 de abril de 2016, Administração da Companhia obteve carta de consentimento (*waiver*) por parte do credor, e considera o pressuposto de continuidade operacional adequado para a elaboração destas informações intermediárias.

(ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até março de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até março de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%; e,
- Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir de janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a controlada não atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4,5, e EBITDA/Despesas financeira de 1,05 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$385.779 em 31 de dezembro de 2015, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (IAS 1), uma vez que o passivo deve ser

classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras. A Administração da controlada solicitou aos credores em 14 dezembro de 2015 a repactuação das condições das debêntures objetivando adequar os referidos *covenants* para as condições econômicas atuais, bem como anuência para o seu descumprimento. Em 29 de março de 2016, os credores concordaram, em uma Assembleia Geral de Debenturistas, em não decretar o vencimento antecipado (*waiver*), em atendimento a solicitação da Administração da Companhia, afastando a hipótese de vencimento antecipado pelo não atendimento destes *covenants*, motivo pelo qual em 31 de março de 2016 os saldos voltaram a ser classificados em função dos vencimentos originais.

O saldo vincendo a mais de 12 meses possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	R\$
31 de março de 2018	11.557
31 de março de 2019	19.801
31 de março de 2020	23.791
31 de março de 2021	27.781
31 de março de 2022 - 2027	<u>314.553</u>
Total	397.483

14 Fornecedores - consolidado

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores - partes relacionadas	8	1.085	487
Fornecedores diversos		11.008	13.960
Medições a pagar		1.680	1.809
Retenções (i)		<u>13.893</u>	<u>15.559</u>
Total		<u><u>27.666</u></u>	<u><u>31.815</u></u>

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

15 Provisão para manutenção - Contrato de concessão (consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a

próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Passivo circulante	19.026	18.661
Passivo não circulante	23.784	21.396
Total	42.810	40.057

Movimentação da provisão para manutenção

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	40.057	7.759
Realizações por consumo	(1.243)	-
Adições	3.996	17.797
Saldo final	42.810	40.057

16 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de março de 2016 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2016	31/12/2015
Passivos		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(29.120)	(29.450)
	(30.453)	(30.783)
Ativos		
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	22.401	17.714
Provisão para manutenção	6.987	6.051
Outras provisões temporárias	1.064	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(21.217)	(15.565)
	9.235	9.235
	(21.218)	(21.548)

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de março de 2016	Saldo em 31 de dezembro de 2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	22.401	17.714	4.687	3.941
Provisão para manutenção	6.987	6.051	936	(1.518)
Outras provisões temporárias	1.064	1.035	29	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido	<u>(21.217)</u>	<u>(15.565)</u>	<u>(5.652)</u>	<u>(15.565)</u>
	9.235	9.235	-	(12.107)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRI 12	<u>(29.120)</u>	<u>(29.450)</u>	<u>330</u>	<u>8.884</u>
	<u>(30.453)</u>	<u>(30.783)</u>	<u>330</u>	<u>8.992</u>
	<u><u>(21.218)</u></u>	<u><u>(21.548)</u></u>	<u><u>330</u></u>	<u><u>(3.223)</u></u>

c. Créditos tributários

Controladora

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/03/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	62.484	40.850

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de março de 2016, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	31/03/2016	31/03/2015
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	65.884	51.392

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(21.568)	(15.124)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	7.331	5.142
Equivalência patrimonial	(5.548)	(3.654)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(1.783)	(1.488)
Impostos correntes e diferidos	-	-
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

Descrição	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(21.888)	(15.450)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	7.444	5.253
Adições permanentes	(115)	(333)
Exclusões permanentes	386	-
Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(7.435)	(4.369)
Outros	50	(225)
Impostos diferidos	330	326
Alíquota efetiva	4%	2%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

17 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.406 (R\$ 1.321 em 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	597	724	1.321
Constituição de provisão	91	(6)	85
Saldo final	688	718	1.406

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$3.840 em 31 de março de 2016 (R\$4.811 em 2014).

Descrição	2015		2014	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	75	1.231	67	3.630
Trabalhistas	29	2.609	18	1.181
Total	88	3.840	85	4.811

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$26.500 (nota explicativa nº 23) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

18 Patrimônio líquido - controladora

a. Capital social

Em 03 de outubro de 2012, o sócio Comporte Participações S.A. que detinha da Viarondon um montante de R\$ 56.062 este representado por 56.061.700 de ações, representado por 28.030.850 ações ordinárias e 28.030.850 ações preferenciais, transferiu o total de ações detidas ao Fundo de Investimento em Participações Volluto.

A composição acionária em 31 de março de 2016, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	118.972.238	50,1
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	118.497.298	49,9
	<u>237.469.536</u>	<u>100,0</u>

b. Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., decorrente da aplicação dos novos CPCs.

19 Receita operacional líquida - consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2016	31/03/2015
Receita de pedágios	44.158	45.964
Receita de construção	7.125	10.109
Receitas acessórias	83	69
Outras receitas	7	31
Tributos incidentes	(3.661)	(3.810)
Total	<u>47.712</u>	<u>52.363</u>

20 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2016
Serviços de terceiros	-	-	(9.275)	(8.425)
Custo com pessoal	(13)	(8)	(5.629)	(5.298)
Amortização e depreciação	-	-	(4.606)	(4.588)
Provisão para manutenção	-	-	(3.996)	(3.869)
Custo de contrato concessão	-	-	(2.610)	(2.549)
Outros	-	-	(1.242)	(794)
Total	(13)	(8)	(27.358)	(25.523)
Custo dos serviços prestados	-	-	(25.509)	(24.780)
Despesas administrativas e gerais (i)	(13)	(8)	(1.849)	(743)
Custo de construção	-	-	(7.125)	(10.109)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

21 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Rendimento de aplicações financeiras	3	13	1.175	1.675
Total receitas financeiras	3	13	1.175	1.675
Juros sobre financiamentos	(5.235)	(4.383)	(36.301)	(33.310)
Outros	-	-	-	(546)
Total despesas financeiras	(5.235)	(4.383)	(36.301)	(33.856)
Resultado financeiro líquido	<u>(5.232)</u>	<u>(4.370)</u>	<u>(35.126)</u>	<u>(32.181)</u>

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

		Valor contábil				Valor justo			
31 de março de 2016		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5	-	137	-	137	137	-	-	137
Outros créditos		-	30	-	30	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	52.822	52.822	-	52.822	-	52.822
Debêntures	13	-	-	91.744	91.744	-	91.744	-	91.744
Dividendos e contas a pagar	8	-	-	689	689	-	-	-	-

		Valor contábil				Valor justo			
31 de dezembro de 2015		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	139	-	139	139	-	-	139
Dividendos a receber e outros créditos		-	35	-	35	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	31.822	31.822	-	31.822	-	31.822
Debêntures	13	-	-	86.508	86.508	-	86.508	-	86.508
Dividendos e contas a pagar	8	-	-	689	689	-	-	-	-

Consolidado

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	5.002	-	5.002	-	5.002	-	5.002
Aplicação financeira	6	30.081	-	-	30.081	-	30.081	-	30.081
Contas a receber de clientes	7	-	9.861	-	9.861	-	-	-	-
Outros créditos		-	6.037	-	6.037	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	298.718	298.718	-	298.717	-	298.718
Debêntures	13	-	-	514.182	514.182	-	514.182	-	514.182
Fornecedores	14	-	-	27.666	27.666	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	3.823	3.823	-	-	-	-
		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2015	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	13.362	-	13.362	-	13.362	-	13.362
Aplicação financeira	6	47.023	-	-	47.023	-	47.023	-	47.023
Contas a receber de clientes	7	-	10.602	-	10.602	-	-	-	-
Outros créditos		-	6.929	-	6.929	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	327.798	327.798	-	327.798	-	327.798
Debêntures	13	-	-	489.136	489.136	-	489.136	-	489.136
Fornecedores	14	-	-	31.815	31.815	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar	8	-	-	256	256	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2016.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

Cronograma de amortização da dívida - consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/03/2016	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos	298.718	358.365	47.096	41.412	269.857
Debêntures	514.182	864.287	31.924	35.219	797.144
Fornecedores e contas a pagar	31.423	31.423	31.423	-	-
	<u>844.323</u>	<u>1.254.075</u>	<u>110.443</u>	<u>76.631</u>	<u>1.067.001</u>
Em 31/12/2015	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos	327.798	466.774	104.195	67.031	295.548
Debêntures	489.136	1.008.257	46.855	53.246	908.156
Fornecedores	32.002	32.002	32.002	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	<u>849.005</u>	<u>1.507.099</u>	<u>183.118</u>	<u>120.277</u>	<u>1.203.704</u>

(iii) **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		31/03/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		2.408	2.914
		Valor contábil	
	Risco	31/03/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	78.918	56.864
Empréstimos e financiamentos	TJLP	144.844	178.577
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	72.547	89.443
Debêntures - Controlada	IPCA	422.438	402.628
Debêntures - Controladora	IGP-M	91.744	86.508

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA, CDI e TJLP.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 31 de março de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Capital de giro e mútuo	78.918	Aumento CDI	8,48%	(5.335)	10,60%	(6.669)	12,72%	(8.003)
Empréstimos e financiamentos	144.844	Aumento TJLP	6,00%	(8.691)	7,50%	(10.863)	9,00%	(13.036)
Empréstimos e financiamentos	72.547	Aumento UM-IPCA	1,68%	(1.219)	2,10%	(1.523)	2,52%	(1.827)
Debêntures - Controlada	422.438	Aumento IPCA	6,51%	(27.501)	8,14%	(34.376)	9,77%	(41.250)
Debêntures - Controladora	91.744	Aumento IGP-M	3,15%	(2.890)	3,94%	(3.612)	4,73%	(4.334)
Total dos passivos financeiros	810.491	***	***	(45.636)	***	(57.043)	***	(68.450)
Impacto no resultado do período apresentado						(11.407)	(22.814)	

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Capital de giro e mútuo	78.918	Redução CDI	8,48%	(5.335)	6,36%	(4.002)	4,24%	(2.669)
Empréstimos e financiamentos	144.844	Redução TJLP	6,00%	(8.691)	4,50%	(6.518)	3,00%	(4.346)
Empréstimos e financiamentos	72.547	Redução UM-IPCA	1,68%	(1.219)	1,26%	(915)	0,84%	(610)
Debêntures - Controlada	422.438	Redução IPCA	6,51%	(27.501)	4,88%	(20.627)	3,26%	(13.751)
Debêntures - Controladora	91.744	Redução IGP-M	3,15%	(2.890)	2,36%	(2.167)	1,58%	(1.446)
Total dos passivos financeiros	810.491	***	***	(45.636)	***	(34.229)	***	(22.822)
Impacto no resultado do período apresentado						11.407	22.814	

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2016.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

23 Cobertura de seguros - consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2015 a Mai/2016	70.042
Garantia ampliação	Mai/2015 a Mai/2016	115.845
Operacionais	Mai/2015 a Mai/2017	40.000
Responsabilidade Civil	Mai/2015 a Mai/2016	26.500
Engenharia	Mai/2015 a Nov/2016	25.968

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

24 Benefícios a empregados - consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

25 Aspectos ambientais - consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26 Risco regulatório - consolidado

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da sua controlada. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a sua controlada encontra-se coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

A geração de caixa futuro da sua controlada demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Edital nº 006/08 Concorrência Pública Internacional. Consideramos que a sua controlada tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

27 Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de março de 2016 totaliza R\$ 910.650 valor nominal.

28 Demonstrações de fluxo de caixa - consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o período findo em 31 de março de 2016 a Controlada adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 7.126, dos quais R\$ 356 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

29 Eventos subsequentes

Mandado de busca e apreensão

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia nunca figurou como parte investigada em qualquer procedimento. Caso haja algum desdobramento futuro que impacte a Companhia, nesse momento não se é possível estimar quaisquer efeitos que esses teriam sobre as nossas demonstrações financeiras. A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada descumpriram cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, e como consequência, o montante de R\$ 163.716 no consolidado de empréstimos e financiamentos e os montantes de R\$ 76.147 e R\$ 485.885, na controladora e consolidado, respectivamente de debêntures, foram reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia, totalmente integralizado, era de R\$ 237.470, e está representado por 249.869.536 de ações (137.469.536 ações em 2015), sendo 124.934.768 de ações ordinárias (68.734.768 ações ordinárias em 2015) e 124.934.768 de ações preferenciais (68.734.768 ações ordinárias em 2015). Tal aumento deve-se ao aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 15 de junho de 2016 e integralização de capital conforme AGE de 20 de dezembro de 2016.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França - Diretora
Ricardo de Souza Adenes - Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0